

MENSAGEM Nº 567

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.

Brasília, 19 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 902/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2985726** e o código CRC **3BA12F6D** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008164/2021-16

SEI nº 2985726

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES

CPF.: 221.191.591-49

ID.: 7728 MRE

1958 Filho de Jair Baptista Lopes e Rita Vilela Sobreira Lopes, nasce em 28 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr

1984 CAD - IRBr

2004 CAE - IRBr, O Brasil e a febre aftosa na América do Sul: um chamado concreto à liderança

Cargos:

1980 Terceiro-secretário

1983 Segundo-secretário

1989 Primeiro-secretário, por merecimento

1996 Conselheiro, por merecimento

2005 Ministro de segunda classe, por merecimento

2014 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1980-83 Divisão da África I, assistente

1983 Departamento do Oriente Próximo, assistente

1983-86 Cerimonial, assessor

1986-89 Embaixada em Londres, segundo-secretário

1989-93 Embaixada em Ottawa, segundo e primeiro-secretário

1993-95 Divisão da América Meridional I, assessor

1995-97 Divisão de Protocolo, chefe, substituto

1995 Instituto Rio Branco, orientador profissional

1996-97 Coordenação-Geral de Protocolo, coordenador-geral, substituto e coordenador-geral

1997-01 Embaixada em Washington, conselheiro

2001-03 Embaixada em Montevidéu, conselheiro e encarregado de negócios

2003-05 Embaixada em La Paz, conselheiro

2005-07 Instituto Rio Branco, coordenador-geral de ensino e diretor-geral adjunto

2007-10 Missão junto à CEE, Bruxelas, ministro-conselheiro e encarregado de negócios

2010-13 Missão junto à UE, Bruxelas, ministro-conselheiro e encarregado de negócios

2013-14 Embaixada em Roma, ministro-conselheiro e encarregado de negócios

2014-16 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor especial

2015-16 Coordenador-geral do Grupo de Trabalho de Organização de Eventos (GTOEV)

2016-18 Departamento da África, diretor

2018- Embaixada do Brasil em Seul, embaixador

Publicações:

2018 SOBREIRA LOPES, Luís Henrique, FIGUEIRA DE MELLO, Fernando, LIMA KALLÁS, Maria (Org.). A Presidência Brasileira da CPLP (2016-2018) - Textos e Documentos. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília

Condecorações:

1984 Ordem Alauíta, Marrocos, Cavaleiro

1984 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro

1984	Ordem da Águia Azteca, México, Insígnia
1985	Ordem Nacional do Mérito, Cavaleiro, França
1986	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1989	Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
1995	Ordem ao Mérito da República, Oficial, Itália
1995	Ordem Militar de Cristo, Portugal, Cavaleiro
1995	Ordem do Mérito Federal, Alemanha, Oficial
1996	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1997	Ordem da Rosa Branca, Finlândia, Comendador
2011	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2017	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã Cruz
2019	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2020	Medalha Exército Brasileiro

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Outubro de 2021

APRESENTAÇÃO

O Estado Plurinacional da Bolívia está localizado na região central da América do Sul. O país faz fronteira, ao norte e a leste, com o Brasil; ao sul, com a Argentina; a oeste, com o Peru; a sudeste, com o Paraguai; e a sudoeste, com o Chile.

A Bolívia apresenta geografia variada. A oeste, encontra-se a Cordilheira dos Andes, que se estende de norte a sul em duas cadeias paralelas. Entre elas, está a área central do país, formada por um planalto, o “Altiplano”, além do Lago Titicaca, considerado o lago navegável mais alto do mundo, a 3.810 metros acima do nível do mar. Mais da metade do país está na região tropical, que vai do norte, onde há floresta amazônica, até as terras baixas a leste. O Chaco, ao sul, é pantanoso na época das chuvas, mas quente e desértico no resto do ano.

Com um território de 1.098.581 km², a Bolívia é o 29º país mais extenso do mundo, sendo o 5º na América do Sul. A população boliviana é de aproximadamente 11,7 milhões de habitantes, o que torna a Bolívia o 8º país mais populoso na América do Sul.

Declarada em 1825, a independência da Bolívia resultou da combinação do êxito militar dos Exércitos Libertadores, que vinham da Colômbia, liderados por Simón Bolívar e José Antonio de Sucre, e da revolta de dezenas de guerrilhas locais que, no decorrer de quinze anos, enfraqueceram a presença militar espanhola na região.

A Bolívia é o país com o qual o Brasil compartilha sua maior fronteira terrestre, de 3.423 km (a oitava fronteira internacional em extensão, maior que a fronteira entre Estados Unidos e México, de 3.141 km). É o único país da América do Sul que tem zona limítrofe com quatro Estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Assim como o Brasil, a Bolívia integra as duas principais bacias hidrográficas sul-americanas, as bacias Amazônica e do Prata.

PERFIL BIOGRÁFICO

LUIS ARCE CATACORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Nascido em La Paz em 28 de setembro de 1963. Formou-se em Economia pela Universidad Mayor de San Andrés (UMSA) e tem mestrado nessa disciplina pela Universidade de Warwick, no Reino Unido. Foi professor catedrático da UMSA e funcionário do Banco Central da Bolívia, onde exerceu diferentes cargos entre 1987 e janeiro de 2006.

Foi um dos mais longevos ministros sob a presidência de Evo Morales. Comandou o Ministério da Fazenda de 2006 a 2009 e o Ministério da Economia e Finanças Públicas entre 2009 e 2019. Afastou-se das funções somente por breve período para tratamento de saúde em São Paulo. Atribui-se à sua gestão o sustentado crescimento econômico observado na Bolívia, entre 2006 e 2019.

Candidato pelo partido “Movimiento al Socialismo” (MAS), foi eleito com 55,1% dos votos válidos no primeiro turno das eleições gerais realizadas em outubro de 2020. Assumiu a presidência em 8 de novembro de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com a Bolívia abrangem diversas áreas de interesse estratégico, como integração energética, combate a ilícitos transnacionais, projetos de infraestrutura, cooperação fronteiriça e defesa. No marco da consolidada parceria em energia, o gás natural boliviano contribui para a estabilidade energética brasileira e é fonte de renda para o Estado boliviano. Há amplo potencial para diálogos construtivos em diferentes áreas, como integração de infraestrutura, comércio, investimentos, cooperação técnica e gestão de recursos hídricos.

No contexto da integração energética, destaca-se a criação, em julho de 2015, do Comitê Técnico Binacional Brasil-Bolívia (CTB) em matéria energética. A primeira reunião do Comitê Técnico ocorreu em Brasília, em dezembro de 2015, quando foram criados os Grupos de Trabalho sobre Hidrocarbonetos e sobre Eletricidade, os quais têm mantido reuniões periódicas.

Para além da cooperação no fornecimento de gás natural, Brasil e Bolívia têm trabalhado pelo aprimoramento da vertente da integração elétrica em vista do potencial de fontes renováveis de energia e do intercâmbio de excedentes energéticos. Na agenda do Comitê Técnico, estão previstos estudos de inventário e pré-viabilidade de projeto de hidrelétrica binacional no rio Madeira, de potencial estimado em 3.000 MW, bem como estudo de interconexão elétrica entre os dois países.

Brasil e Bolívia também têm avançado na atuação conjunta para o combate a ilícitos transnacionais, com atividades de cooperação e encontros de alto nível. Em 2017, teve lugar a primeira edição do Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia, que reuniu autoridades ministeriais de defesa e segurança dos dois países. Em 2019, realizou-se a X Reunião da Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Temas Conexos, mecanismo para o diálogo sobre temas de segurança regional e o estabelecimento de compromissos recíprocos no combate a ilícitos.

O diálogo em defesa é outra matéria de destaque na agenda bilateral. Desde 2017, a Força Aérea Brasileira (FAB) coopera na implementação do novo sistema de controle de tráfego aéreo boliviano (SIDACTA) com o uso de radares adquiridos pela Bolívia em 2016. Em março de 2019, foi estabelecida a Missão Técnica Aeronáutica Brasileira na Bolívia (MTAB) para dar suporte à referida atividade de cooperação técnica, além de auxiliar na elaboração de doutrina e regulamentação pertinentes à defesa e controle aéreos e na capacitação e formação de quadros bolivianos. Com impactos positivos inclusive para o combate ao narcotráfico, a missão continua a exercer atividades. Note-se, ademais, a colaboração do Exército, da Marinha e da Aeronáutica brasileiros na capacitação e formação de quadros bolivianos em diferentes áreas.

A integração fronteiriça também figura como tema de fundamental importância para o relacionamento bilateral. Em 2009, foi promulgado acordo bilateral assinado em 2004 em benefício de localidades fronteiriças vinculadas, que permite residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos. Ademais, desde 1997, vêm sendo realizadas as reuniões dos “Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia”. Os Comitês têm por objetivo promover a integração política, econômica, social, física e cultural das populações lindeiras. Os Comitês operam em quatro localidades: Brasiléia-Epitaciolândia (AC)/Cobija; Guajará-Mirim (RO)/Guayaramerín; Corumbá (MS)/Puerto Suárez; e

Cáceres (MT)/San Matías. Coordenados pelas chancelarias dos dois países, são foros de composição flexível, aos quais são convidados a participar representantes dos governos federal, estaduais e municipais, bem como membros da sociedade civil.

Mais recentemente, no contexto de fechamento de fronteiras em razão da crise sanitária, os dois países negociaram a adoção de regime que permitiu, a partir de 1º de setembro de 2020, a retomada do trânsito vicinal fronteiriço entre cidades-gêmeas. O acordo estabeleceu a possibilidade de tráfego de residentes fronteiriços em cidades-gêmeas mediante a apresentação de documento de residente fronteiriço ou de outro documento comprobatório, desde que garantida a reciprocidade no tratamento de um país ao outro.

O Brasil mantém com a Bolívia extenso programa de cooperação técnica. As iniciativas em execução abrangem, por exemplo, as áreas de segurança pública, agricultura, metrologia e meio ambiente, com destaque para a gestão de recursos hídricos. O Brasil também tem prestado assistência humanitária ao país vizinho, por meio de doações humanitárias financeiras, de alimentos e medicamentos. No contexto da pandemia do novo coronavírus, o Governo brasileiro autorizou, em caráter humanitário, exportações de oxigênio líquido medicinal para uso na rede de hospitais públicos bolivianos.

No que concerne à vertente comercial, em 2020, o Brasil continuou a figurar como segundo principal fornecedor da Bolívia, depois da China, com exportações de US\$ 1,03 bilhão, redução de 27,4% em relação ao ano anterior, em vista do significativo impacto da crise sanitária sobre a economia boliviana e da queda acentuada das importações do país. Manteve-se, ademais, como principal destino das exportações da Bolívia, com participação de 15,5% na corrente exportadora boliviana. A corrente de comércio bilateral foi de US\$ 2,1 bilhões no ano passado, representando queda de 24,2%. O saldo comercial brasileiro em 2020 foi deficitário em US\$ 53,6 milhões.

As importações brasileiras da Bolívia estão fortemente concentradas em gás natural (93% do total em 2020), ao passo que prevalecem produtos industrializados na pauta de exportação brasileira para o país vizinho, entre os quais, ferro e aço (8,7%), produtos comestíveis e preparações (4,8%), produtos da indústria de transformação (4,7%), papel e cartão (2,9%), máquinas agrícolas (2,5%), calçados (2,3%) e veículos automóveis de passageiros (2,2%).

Em 1º de janeiro de 2019, por ocasião da posse do Presidente Jair Bolsonaro, Evo Morales, então presidente boliviano, esteve presente à solenidade em Brasília. No mesmo ano, o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, reuniu-se com a Chanceler do governo provisório, Karen Longaric, à margem da 55ª Cúpula de Chefes de Estado

do MERCOSUL e Estados Associados e da 55ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizadas em dezembro de 2019, em Bento Gonçalves (RS).

Assuntos consulares: A rede consular brasileira na Bolívia conta com os consulados-gerais em Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra, os consulados em Cobija, Guayaramerín e Puerto Quijarro, além do setor consular na Embaixada em La Paz. Há consulados honorários em San Ignacio de Velasco, Sucre, Tarija e Oruro.

O Itamaraty estima em cerca de 39.258 (2020) o número de brasileiros que moram na Bolívia, com presença substantiva de estudantes universitários. Os estudantes brasileiros concentram-se em Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Cobija e Guayaramerín. Parcela importante da comunidade brasileira é integrada por agricultores. Destaca-se, nesse contexto, a produção de soja por agricultores brasileiros no Departamento de Santa Cruz.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Atualmente, há operações no montante de US\$ 2.411.231 envolvendo exportações à Bolívia no âmbito do FGE da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).

POLÍTICA INTERNA

Em 2006, com a eleição de Evo Morales a presidente, inaugurou-se novo período político na Bolívia. No mesmo ano, foi convocada assembleia constituinte, a qual apresentou texto constitucional ao Congresso em 15 de dezembro de 2007. A Constituição Política do Estado foi submetida à consulta popular e aprovada em 25 de fevereiro de 2009.

O Estado Plurinacional da Bolívia passou então a ser composto por quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Eleitoral. A Assembleia Legislativa Plurinacional divide-se em duas câmaras: Câmara dos Deputados, composta por 130 representantes, e Câmara de Senadores, com 36 membros (quatro por departamento). O mandato é de cinco anos, com possibilidade de reeleição.

O Poder Executivo é composto pela Presidência, Vice-Presidência e Ministérios. Presidente e vice-presidente são eleitos por voto universal, obrigatório, livre, secreto e direto. O mandato tem duração de cinco anos, podendo haver reeleição (Artigo 168).

O Poder Judiciário conta com jurisdição ordinária, exercida pelo Tribunal Superior de Justiça, tribunais departamentais, tribunais de sentença e juízes; jurisdição agroambiental; e jurisdição indígena originária campesina. Matéria constitucional é submetida ao Tribunal Constitucional Plurinacional.

O Órgão Eleitoral Plurinacional está composto pelo Tribunal Supremo Eleitoral, tribunais eleitorais departamentais, juízes eleitorais, jurados das mesas de sufrágio e notários eleitorais. O Tribunal Supremo é formado por sete membros (pelo menos dois devem ter origem indígena originária campesina), os quais exercem a função por seis anos, sem possibilidade de reeleição. A Assembleia Legislativa, em votação com maioria de 2/3, indica seis nomes. A Presidência detém a prerrogativa de indicação do sétimo membro.

A Bolívia vivenciou, em fins de 2019, período de grande instabilidade política, social e econômica. No sufrágio presidencial levado a cabo em outubro daquele ano, os resultados eleitorais deram vitória em primeiro turno a Evo Morales. Observadores da OEA apontaram, porém, diversas irregularidades no pleito e acordaram com o Governo boliviano a realização de uma auditoria vinculante do processo eleitoral, a qual recomendou a realização de novas eleições. A crise política e social que se havia instalado no país levou o então Presidente Evo Morales a renunciar em 10 de novembro de 2019, gesto que desencadeou renúncias em sequência da alta cúpula do governo.

Em 12 de novembro de 2019, assumiu a presidência interina do país a segunda vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez, do partido “Unión

Democrática”. Pela Lei 1266, aprovada por unanimidade, a Assembleia Legislativa Plurinacional anulou, ainda em novembro de 2019, os resultados das eleições de outubro e determinou a realização de novo pleito. O governo provisório liderado por Áñez administrou o país por um ano, convocando novas eleições gerais para 2020.

Em 18 de outubro de 2020, após dois adiamentos em razão da pandemia do novo coronavírus, realizou-se o primeiro turno das eleições gerais na Bolívia, que conferiu ampla vitória (55,1%) ao candidato Luis Arce Catacora, do partido do ex-presidente Evo Morales, “Movimiento al Socialismo” (MAS). No pleito, o MAS também logrou assegurar maioria simples na Câmara e no Senado. As principais forças políticas bolivianas reconheceram os resultados oficiais, respeitando a vontade popular expressa nas urnas.

O pleito foi acompanhado por missões internacionais de observação, como a Missão de Peritos Eleitorais encaminhada pela União Europeia, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA), para a qual o Brasil aportou recursos. As missões de observação atestaram a idoneidade do processo eleitoral.

Em 12 de março de 2021, o Ministério Público boliviano decretou a prisão da ex-Presidente Jeanine Áñez e de membros civis e militares do primeiro escalão do governo transitório, sob acusação de prática de “golpe de Estado” e de crimes de sedição, terrorismo e conspiração.

O Senhor Presidente da República e o Itamaraty emitiram manifestações públicas de preocupação com os eventos aludidos e manifestaram a importância do pleno respeito ao Estado de Direito no processo judicial. O Itamaraty recordou que a posse da Presidente Jeanine Áñez em caráter provisório se deu de modo constitucional, reconhecida pelas instituições bolivianas e em conformidade com instrumentos jurídicos internacionais, como o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático.

Também manifestaram preocupação com as detenções o secretário de Estado dos EUA, o alto representante da União Europeia para Assuntos Exteriores e Política de Segurança, o governo de Juan Guaidó na Venezuela, o Senado do Paraguai, o Presidente do Chile, a Secretaria-Geral da OEA, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o secretário-Geral da ONU e o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, que, em 8 de abril, realizou visita a Áñez na prisão.

Com a vitória do partido “Movimiento al Socialismo” (MAS) nas eleições gerais de outubro de 2020, encerrando o breve período marcado pelo Governo provisório de Jeanine Añez, a política externa voltou a caracterizar-se por fortes nexos com a ação política interna, especialmente na busca de maior projeção boliviana nos cenários regional e global e na valorização de temas indígenas e camponeses, assim como da pauta ambiental.

Em seu discurso de posse, o Presidente Luis Arce destacou a importância da multipolaridade e dos princípios da autodeterminação dos povos, da não intervenção e da igualdade jurídica e política entre os países. Defendeu o exercício da “diplomacia dos povos” em prol da integração e da igualdade e contra a discriminação e a opressão. Conferiu prioridade às relações Sul-Sul e ao relacionamento com os países da região, ressaltando a importância da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Com efeito, uma das primeiras medidas tomadas pela administração de Luis Arce na área de política externa foi a revisão das medidas adotadas pelo Governo provisório e a retomada da participação plena da Bolívia nos mecanismos de CELAC, UNASUL e ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América). A adesão do país ao MERCOSUL como membro pleno recebeu, igualmente, destaque na condução da política externa.

Sob essas diretrizes, o Governo boliviano tem atuado para fortalecer os vínculos com países com os quais possui afinidades político-ideológicas, como México, Venezuela, Argentina, Cuba, Nicarágua e Peru, além de Rússia e China. A esse respeito, destacam-se as visitas oficiais realizadas pelo novo mandatário boliviano ao México em março e, por ocasião da VI Cúpula da CELAC, em setembro de 2021, à Venezuela, em junho de 2021, por ocasião da XIX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da ALBA, e sua participação na cerimônia de posse do atual presidente peruano, Pedro Castillo, em julho último.

Um dos principais itens da agenda internacional boliviana continua a ser o pleito pela recuperação de acesso soberano ao Pacífico. Durante a Guerra do Pacífico (1879-1884), a Bolívia perdeu para o Chile parcela do território e um total de 400 km de linha costeira. Sob o governo de Evo Morales, o país submeteu a pendência bilateral à Corte Internacional de Justiça (CIJ). Em 2018, o órgão proferiu decisão segundo a qual o Chile não teria obrigação de negociar um acesso ao mar com a Bolívia. Atualmente, verifica-se tentativa de retomada do diálogo e da cooperação entre os dois países, cujas relações diplomáticas foram rompidas em 1962.

Em âmbito multilateral, o Governo boliviano tem liderado campanha pelo alívio da dívida externa dos países em desenvolvimento como meio de superação da grave crise econômica resultante da pandemia, assim como

pela liberação de patentes e pela distribuição equitativa de imunizantes contra o novo coronavírus.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após desempenho positivo em termos de crescimento e estabilidade macroeconômica ao longo da última década, a Bolívia registrou, pela primeira vez em 25 anos, contração do PIB de cerca de 8,8% em 2020, em razão dos efeitos da pandemia do novo coronavírus. A rígida quarentena imposta em março de 2020 afetou, fortemente, diversos setores econômicos, à exceção da agricultura, que se apoiou na demanda interna e nas exportações de carne.

Recente projeção do FMI aponta, porém, para crescimento econômico de 5% em 2021. Estima-se que a taxa de desemprego caia de 8% (2020) para 4%. O crescimento econômico expressivo esperado para 2021, apoiado na campanha nacional de vacinação, deverá ser impulsionado pela retomada dos setores-chave de mineração e de hidrocarbonetos e pela recuperação dos preços internacionais dos principais produtos de exportação do país, como minerais, gás natural e soja.

Ante dificuldades no setor de hidrocarbonetos, agravadas pelo choque de demanda provocado pela pandemia, o Governo boliviano tem buscado diversificar a pauta exportadora do país, com ampliação da venda de mineirais e produtos agrícolas, bem com a industrialização de recursos naturais, por exemplo, ureia e lítio. O atual governo tem investido no uso de energias renováveis, as quais, segundo as autoridades locais, permitirão diminuir o consumo interno de gás natural, que poderá ser processado industrialmente e convertido em produtos para exportação, e a dependência da eletricidade produzida por termelétricas.

O estímulo à demanda interna, aos investimentos públicos, que o Governo pretende elevar da tradicional marca de cerca de 8% para 10% do PIB, e à substituição de importações, especialmente de diesel e trigo, constituem, com efeito, os pilares do Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo (MESCP), pelo qual a administração de Luis Arce afirma buscar, em contraposição ao modelo neoliberal, a retomada do crescimento econômico boliviano.

Dentre os principais desafios econômicos a curto prazo, em meio a um regime de câmbio fixo e ao distanciamento em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), está a tentativa de contenção da contração das reservas internacionais bolivianas, motivada pelos sucessivos déficits comerciais de 2015 a 2020 e, sobretudo, pela demanda dos agentes econômicos locais, o que poderá implicar a ampliação do endividamento externo do país. No ano passado, ante dificuldades para equilibrar as contas externas, o país chegou a recorrer a empréstimos de cerca de US\$ 1 bilhão

junto a organismos financeiros regionais e multilaterais. Note-se, entretanto, que o endividamento externo boliviano, de 31,7% do PIB, segue relativamente baixo, sendo considerado sustentável e dentro dos parâmetros recomendados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, de 40%.

Cita-se, ademais, o desafio de contenção do déficit fiscal, que alcançou 12,7% do PIB em 2020, em razão da paralisação de atividades econômicas no contexto da pandemia e dos programas sociais emergenciais implementados. O Governo boliviano também terá o desafio de melhorar os indicadores sociais e do mercado de trabalho em uma economia fortemente impactada pela crise sanitária e ainda caracterizada por elevada informalidade. Oito em cada dez trabalhadores atuam no setor informal, segundo o FMI.

Com relação à balança comercial, ainda que a pandemia tenha provocado, em apenas um ano, redução de um quarto na corrente total de comércio, os efeitos foram mais graves sobre as importações (-28%) do que sobre as exportações (-21%) em 2020. As exportações bolivianas totalizaram US\$ 7,015 bilhões, enquanto as importações do país somaram US\$ 7,080 bilhões. Com isso, o déficit comercial, no ano passado, foi de apenas US\$ 65 milhões. Trata-se do menor déficit da balança comercial observado nos últimos seis anos.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado Plurinacional da Bolívia
CAPITAL	La Paz (sede do Governo) e Sucre (sede Constitucional)
ÁREA	1.098.581 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2020)	11,72 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Espanhol, quéchua e aimará
SISTEMA POLÍTICO	República unitária e presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Luis Arce Catacora (desde 08/11/2020)
CHANCELER	Rogelio Mayta Mayta (desde 09/11/2020)
PIB (FMI, 2020)	US\$ 39,38 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US\$ 97,8 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 3.360
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 8.340
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	5% (2021, est.), -8,8% (2020), 2,2% (2019), 4,2% (2018), 4,2% (2017), 4,3%

	(2016), 4,9% (2015), 5,5% (2014), 6,8% (2013), 5,1% (2012)
IDH (PNUD, 2020)	0,718 (107º)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2020)	92,5%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2020)	71,5 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Boliviano
EMBAIXADOR EM LA PAZ	Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes (beneplácito foi concedido, em 1º/10/2021, ao pedido de “agrément” em favor do Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	A ser nomeado
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2020)	Cerca de 39.258

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

Brasil– Bolívia	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2019-2020
Exportações	1.511,4	1.472,9	1.534,3	1.612,3	1.482,0	1.428,1	1.506,2	1.452,6	1.411,0	1.025,1	-27,35%
Importações	2.863,3	3.431,0	4.035,2	3.816,3	2.506,2	1.341,8	1.285,1	1.636,4	1.365,9	1.078,7	-21,02%
Saldo	-1.351,8	-1.958,0	-2.500,9	-2.203,9	-1.024,2	86,3	221,1	-183,8	45,1	-53,6	-218,93%
Intercâmbio	4.374,7	4.903,9	5.569,5	5.428,6	3.988,2	2.769,9	2.791,3	3.089,1	2.776,9	2.103,8	-24,2%

Fonte: Ministério da Economia

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1400	Surgimento dos reinos Aymara.
1460s	Conquista Inca.
1532	Chegada dos espanhóis ao Peru.
1538	Chegada dos espanhóis ao Altiplano boliviano.
1545	Descoberta de prata em Cerro Rico, Potosí.
1624	Criação da Universidade de Chuquisaca.
1695	Descoberta de prata em Oruro.
1809	Rebelião popular pela independência de La Paz.
1825	Independência da Bolívia (6 de agosto).
1825-1828	Primeiro governo republicano de Antonio José de Sucre. Nacionalização da Igreja Católica.
1860-1870	Descoberta por chilenos de guano, prata e nitratos no Deserto de Atacama.
1879	Guerra do Pacífico contra o Chile. Derrota da Bolívia, que perde o acesso ao Oceano Pacífico.
1899-1903	Movimento separatista do Acre.
1903	Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil.
1920-1934	Governos civis do Partido Republicano.
1932-1935	Guerra do Chaco contra o Paraguai. Derrota da Bolívia.
1942	Fundação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).
1943-1946	Governo de Gualberto Villarroel. Aliança militar radical e MNR.
1952	Revolução do MNR.
1964-1978	Governos militares.
1978-1979	Transição política. Reorganização de partidos políticos.
1980-1982	Governo militar. Protestos populares.
1982-presente	Redemocratização. Governos civis.
1995	Fundação do Movimento ao Socialismo (MAS).
2006-2010	Primeiro mandato de Evo Morales. Nacionalização dos setores de hidrocarbonetos e eletricidade.

2009	Nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.
2010-2014	Segundo mandato de Evo Morales.
2015-2019	Terceiro mandato de Evo Morales.
2019	Eleições gerais são realizadas em 20 de outubro e dão vitória em primeiro turno a Evo Morales, que renuncia após contestação dos resultados. A segunda vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez (Unión Democrática), assume a presidência interina em 12 de novembro.
2020	Novas eleições gerais são realizadas em 18 de outubro. Luis Arce Catacora, do partido do ex-presidente Evo Morales, “Movimiento al Socialismo” (MAS), assume a presidência em 8 de novembro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1831	São estabelecidas as relações diplomáticas entre Brasil e Bolívia, com a nomeação de Antônio Gonçalves da Cruz como Encarregado de Negócios e Cônsul-Geral do Brasil em território boliviano.
1867	Tratado de La Paz de Ayacucho estabelece linha Madeira-Javari como fronteira comum.
1872	Chile e Bolívia rompem relações diplomáticas. Brasil representa Bolívia em Santiago.
1879	Início da Guerra do Pacífico. O Brasil permanece neutro.
1884	Fim da Guerra do Pacífico contra o Chile. Bolívia perde acesso ao Oceano Pacífico.
1899	Ex-diplomata espanhol Luís Galvez R. Arias proclama a independência do Acre.
1902	Revolução Acreana de Plácido de Castro (60 mil brasileiros opõem-se ao Governo boliviano e ao arrendamento do Acre à companhia norte-americana “Bolivian Syndicate”).
1903	Modus vivendi sobre o Acre é assinado com a Bolívia para cessação das hostilidades. Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil, que paga indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e se compromete a construir a ferrovia Madeira-Mamoré.
1912	Inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré.
1958	Acordos de Roboré (exploração de petróleo, obras ferroviárias e cooperação econômica).

1969	Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai).
1973	Acordo para construir gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e a refinaria de Paulínia (SP).
1984	Visita do Presidente Figueiredo a Santa Cruz: primeira viagem de um Presidente brasileiro à Bolívia.
1992	Acordo de Compra de Gás Natural Boliviano. Construção de gasoduto de 3 mil km.
1996	Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Bolívia. Acordo para Isenção de Impostos para Implementação do Gasoduto Brasil-Bolívia.
1999	Início do funcionamento do gasoduto GASBOL.
2005	Aprovação de nova lei boliviana para a nacionalização dos hidrocarbonetos por meio de referendo popular.
2006	Efetivação, em 1º de maio, da nacionalização dos hidrocarbonetos. Início das negociações com Petrobras sobre nacionalização dos seus ativos (maio). Adesão da Bolívia à Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA).
2007	Petrobras anuncia novos investimentos na Bolívia. Firmam-se acordos de cooperação e de financiamento para a Bolívia (dezembro).
2008	Convite do Governo boliviano ao Brasil para integrar “Grupo de Países Amigos da Bolívia”, com vistas a promover a facilitação do diálogo entre Governo e oposição (março). Viagem do Ministro Celso Amorim a La Paz e Santa Cruz de la Sierra, em que manteve contatos com o Presidente Morales, o Vice-Presidente Linera e o Ministro de Negócios Estrangeiros Choquehuanca (abril).
2009	Inauguração de dois trechos do futuro Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile. (janeiro). Reunião de Alto Nível sobre os Projetos Hidroelétricos do Rio Madeira, em Brasília (março).
2015	Assinatura do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL (julho).
2016	Visita do Presidente Evo Morales a Brasília (fevereiro).
2017	Visita do Ministro de Governo da Bolívia, Carlos Romero Bonifaz (maio). Visita do Ministro Fernando Huanacuni a Brasília (outubro). Visita do Presidente Evo Morales a Brasília (dezembro).

2018	Visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira a La Paz (agosto).
2019	<p>Visita do Presidente Evo Morales a Brasília, por ocasião da cerimônia de posse do Presidente Jair Bolsonaro (1º de janeiro).</p> <p>Encontro entre o Ministro Ernesto Araújo e a Chanceler Karen Longaric à margem da 55ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e da 55ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Bento Gonçalves (dezembro).</p> <p>Visita a Brasília do Ministro de Hidrocarbonetos, Victor Hugo Zamora (dezembro).</p>
2020	Visita do Ministro da Defesa, Luis Fernando López, a São Paulo e Manaus (janeiro).